

## **“ELES ACABARAM COM A VIDA DO MEU PAI”<sup>1</sup>: MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO GRILO – PARAÍBA**

Autor (1): Caio Lucas Morais Pinheiro<sup>2</sup>

Co-autor (1): Savina Maria Paulo Ferreira<sup>3</sup>

Co-autor (2): Maria Vitória de Paiva Santos<sup>4</sup>

Co-autor (3): Samyra Oliveira da Silva<sup>5</sup>

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Itabaiana*

caiolucasmorais@gmail.com

**Resumo:** Este artigo busca analisar a consciência histórica sobre a escravidão elaborada pela comunidade quilombola do Grilo, localizada no município de Riachão do Bacamarte, na Paraíba. A ‘Comunidade do Grilo’ está localizada a aproximadamente cem quilômetros da capital João Pessoa e constitui uma das comunidades remanescentes de quilombo do estado. A desigualdade racial é um desafio para a construção da cidadania no Brasil pela longevidade que o sistema escravista alcançou e pelos processos discriminatórios praticados sobre a população negra desde o pós-abolição. Dito isto, não só a existência em si das comunidades remanescentes de quilombo, mas a luta por mercado de trabalho, resistências e práticas culturais cotidianas dos quilombolas aproximam o tempo presente e o período da escravidão, cuja circulação da memória atravessa geração para geração, dos mais velhos aos mais jovens. Metodologicamente, utilizamos a etnografia como um recurso para a observação participante, onde a atividade de campo possibilitou também a realização de entrevistas semiestruturadas a partir da metodologia da História Oral. Este trabalho é resultado parcial do Projeto de Pesquisa intitulado “Relações entre passado e presente na memória das comunidades quilombolas da região do Vale da Paraíba”, desenvolvido no Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Campus Itabaiana.

**Palavras-chave:** comunidade quilombola, memória coletiva, consciência histórica, racialização.

### **Introdução**

Em 2018, cento e trinta anos pós-abolição, o acesso ao mercado de trabalho, à educação, à moradia e à aposentadoria ainda constituem obstáculos na vida da população

---

<sup>1</sup> Trecho da entrevista realizada com a senhora Maria de Lurdes pela equipe do Projeto de Pesquisa, na Comunidade do Grilo, em junho de 2018.

<sup>2</sup> Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Itabaiana, doutorando em história pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH-UFRGS).

<sup>3</sup> Aluna do curso técnico integrado de Eletromecânica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Itabaiana e bolsista do Projeto de Pesquisa Relações entre passado e presente na memória das comunidades quilombolas da região do Vale da Paraíba.

<sup>4</sup> Aluna do curso técnico integrado de Eletromecânica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Itabaiana e voluntária do Projeto de Pesquisa Relações entre passado e presente na memória das comunidades quilombolas da região do Vale da Paraíba.

<sup>5</sup> Aluna do curso técnico integrado de Automação Industrial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Itabaiana e voluntária do Projeto de Pesquisa Relações entre passado e presente na memória das comunidades quilombolas da região do Vale da Paraíba.

negra. Desde o dia 13 de 1888, constata-se que a ‘liberdade’ para os escravos aconteceu, sobretudo, de maneira incipiente, irresponsável e antidemocrática.

A partir de então, várias formas de atualização desses processos discriminatórios são postos em prática pelo poder público brasileiro, controlado por uma elite não só conservadora, mas, acima de tudo, não-solidária. A consequência mais grave deste cenário resulta na desigualdade racial que persiste atualmente que, às vezes, é velada para dar um ar de igualdade.

Os próprios intelectuais brasileiros contribuíram para mistificar a discriminação racial, elaborando o mito da “democracia racial” na sociedade brasileira. Além disso, no contexto político atual de ataque às embrionárias conquistas sociais, muitos candidatos a cargos executivos ignoram a desigualdade social e a concentração de renda. Recentemente, mais grave ainda que ignorar essa realidade, o presidente Jair Bolsonaro, do Partido Social Cristão, afirmou que “Aqui no Brasil não existe *isso* de racismo”<sup>6</sup>.

A maneira como os políticos tratam este problema em geral e, especialmente Jair Bolsonaro, não condiz com a sua gravidade. Este perigo se torna ainda maior quando este desprezo se alastra também para outras questões históricas mal resolvidas, como o direito à memória dos presos políticos da Ditadura Civil-Militar e a abertura dos arquivos das Forças Armadas para investigação.

Uma sociedade, portanto, que dá as costas ao seu passado, ignora-o, posiciona-se para a frente sem prestar contas. Com estes traumas, contudo, cada vez mais teremos passados que não passam, dolorosos, batendo à nossa porta e nos mostrando as incongruências do presente-passado.

Nessa perspectiva, as resistências a este projeto de sociedade são variadas, pois há muito tempo o movimento negro vem se solidificando e desconstruindo preconceitos estabelecidos na sociedade<sup>7</sup>. Entre eles, as comunidades quilombolas são um elemento que reafirma os obstáculos da população negra para o alcance da cidadania plena.

A Certidão de reconhecimento dessas comunidades afrodescendentes expedida pela Fundação Cultural Palmares institui um desafio para a compreensão da relação entre o

---

<sup>6</sup> A historiadora Lilia Schwarcz analisou a frase do presidente Jair Bolsonaro, refletindo sobre a sensação de distância e estrangeirismo que o candidato associa ao racismo. Disponível em <https://www.nexojournal.com.br/colunistas/2018/A-dial%C3%A9tica-do-isso.-Ou-a-ladainha-da-democracia-racial>

<sup>7</sup> ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amílcar Araujo (orgs.) **Histórias do movimento negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007.

passado e o presente, revelando como os sujeitos das comunidades mantêm uma consciência histórica sobre o período da escravidão através da herança sociocultural e da luta pela posse da terra. Por sua vez, objetiva-se analisar, por meio da memória da comunidade, a formulação de uma identidade quilombola que é transmitida e ressignificada pelas gerações desde a abolição da escravidão.

A Comunidade Quilombola do Grilo está localizada no município do Riachão do Bacamarte, na Região do Vale da Paraíba, distante a aproximadamente cem quilômetros da capital João Pessoa, constituindo uma das comunidades remanescentes de quilombo do estado. O grupo possui como símbolos culturais as práticas da ciranda e do coco de roda, além de rituais sobre a morte e o casamento. Conforme Maria Maracajá e Maria Rodrigues (2015), o topônimo Grilo se refere a mais antiga fonte de abastecimento de água da comunidade, a “Cacimba do Grilo”.



**Imagem 01** – Paisagem das casas da Comunidade do Grilo

O acesso à comunidade é dificultado devido à altitude em que se encontra a comunidade, no alto da serra. Nesse sentido, é possível ir até um determinado local com automóveis, pois a estrada de areia não traz segurança para quem quiser ir até a comunidade com veículos, principalmente em período de chuva. A caminhada até as casas dos moradores, entretanto, possibilita o contato com a natureza e um entendimento dos territórios praticados pela comunidade.



**Imagem 02** – Estrada que leva à comunidade na serra

A Região do Vale da Paraíba está situada na Mesorregião do Agreste Paraibano, sendo constituída dentre outras regiões pela microrregião da cidade de Itabaiana, que agrega nove municípios da Paraíba, a saber: Caldas Brandão, Gurinhém, Ingá, Itabaiana, Itatuba, Juarez Távora, Mogeiro, Riachão do Bacamarte e Salgado de São Félix. A região possui 111.583 habitantes e tem como expoente da atividade econômica a agricultura<sup>8</sup>.

Desde o final do século XIX, resultado histórico de resistências e embates, a abolição da escravidão gerou um contingente populacional, que, embora em liberdade, não obteve a proteção estatal e por consequência foi marginalizada socialmente e excluída dos processos políticos pelas elites, que, utilizando um discurso racial que segregava os afrodescendentes, buscava a todo custo embranquecer a sociedade brasileira através do incentivo à imigração europeia<sup>9</sup>.

Nessa perspectiva, surgem as comunidades remanescentes dos quilombos, isto é, grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra, geralmente baseada na ideia de um ancestral comum. Assim, as comunidades se autoidentificam a partir das relações com a terra, com o parentesco, o território, práticas e tradições culturais próprias.

Embora o Estado da Paraíba contenha dezenas de comunidades quilombolas (FORTES, 2015), constatamos a presença de três delas na região do Vale da Paraíba, a comunidade de Matão no município de Mogeiro, do Grilo em Riachão do Bacamarte e Pedra

<sup>8</sup> Disponível em [http://www.fiepb.com.br/arquivos/perfil\\_socioeco\\_2006.pdf](http://www.fiepb.com.br/arquivos/perfil_socioeco_2006.pdf). Acessado em 23 de fevereiro de 2018.

<sup>9</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Felisberta e sua gente**: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense, FGV Editora, 272p., 2015.

D'água em Ingá. Estas comunidades reúnem aproximadamente 205 famílias que vivem da agricultura de subsistência em uma área de 482 hectares<sup>10</sup>.

Para a regularização dos seus territórios, as comunidades quilombolas precisam encaminhar à Superintendencia Regional do Incra<sup>11</sup> uma solicitação formal de procedimento administrativo, após o documento de autorreconhecimento expedido pela Fundação Cultural Palmares.

O problema a ser investigado neste texto perpassa pela reflexão das seguintes questões: Como se dá a relação entre a memória das comunidades com um passado comum escravista? Quais disputas e relações de poder fazem parte do cotidiano da comunidade? Em que medida há o engajamento dos sujeitos que se organizam em busca da garantia pela posse da terra e pela afirmação da identidade negra? Estas problemáticas sugerem que o processo de afirmação dos direitos muitas vezes não é linear, é heterogêneo, possui discordâncias que multiplicam os desafios para as comunidades. Desse modo, trata-se de compreender essas especificidades a partir do conjunto de procedimentos e de técnicas da História Oral, metodologia que possibilita a produção de entrevistas, a análise de dados e o uso da memória como fonte histórica<sup>12</sup>.

O início da regularização do território ocorre por meio de um estudo da área e da elaboração de um Relatório Técnico que identifica e delimita o território da comunidade. Caso o relatório seja aprovado, o Incra publica uma portaria de reconhecimento que delimita os limites da territoriais da comunidade

Este artigo busca equacionar uma problemática social contemporânea – o lugar ocupado pelos afrodescendentes atualmente – e suas resistências, tendo em vista que o presente e o passado mantêm reciprocamente uma relação tênue, revelando fronteiras instáveis entre dois contextos distintos.

Para isso, utilizamos algumas ferramentas teóricas, foram tomadas a partir dos conceitos de memória coletiva, memória individual e racialização. Estes conceitos serão trabalhados em consonância com o que Gusmão (1999) reflete sobre a importância da relação terra-parentes-raça, fundamental para a afirmação das comunidades quilombolas, as quais se

---

<sup>10</sup><https://www.freianastacio.com.br/comunidades-quilombolas-sao-beneficiadas-com-decretos-de-desapropriacao-de-terras-na-pb/>

<sup>11</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal da Administração Pública brasileira e foi criado em 1970.

<sup>12</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

pensam como vinculadas ao lugar, e suas histórias, muitas vezes, começam no estabelecimento no lugar e continuam através de laços de parentesco, em que a raça é uma particularidade que o diferencia do outro.

Assim, a partir do que Maurice Halbwachs (2013) entende por memória coletiva, investigaremos as recordações dos membros do grupo acerca da identidade, quais percursos, problemas e obstáculos foram compartilhados coletivamente na memória individual de cada sujeito.

Por sua vez, o conceito de racialização nos auxiliará a compreender o processo contínuo, embora lento, de transformação e mistura culturais entre etnias. A racialização, segundo Guimarães (2016) e Weimer (2015) constitui a identificação a partir de características físicas, revelando a ideia de tempo, e não estagnação do conceito de grupos étnicos.

O conceito de memória é fundamental para entender os processos de rememoração, de transmissão e de usos políticos do passado. Assim, o que Michel Pollak (1992) denominou de memória por tabela e as questões elencadas por Jucá (2014) sobre memória individual proporcionarão o entendimento das problemáticas sugeridas.

## **Metodologia, Resultados e Discussão**

A gente dizia que deveria ser da gente, por que a gente ‘nascemo’ e se criou aqui, nossos pais trabalhava de graça pra eles, só tinha o direito de folgar no domingo, trabalhava no roçado, e tinha que ser da gente mesmo [a propriedade da terra]. Eles acabaram com a vida do meu pai, mas com a da gente não conseguiram acabar não. Por que meu pai morreu ‘estazado’ trabalhando. Só sei que quando ele se casou ele ainda trabalhava pra o patrão bem dizer de graça, e pai já tava bem fraco. O patrão levou pai pra fazer uma consulta em João Pessoa, aí quando chegou lá meu pai, sem saber de nada, o médico perguntou se ele trabalha muito e o patrão disse que não. Ele enganou, né? Mesmo o meu pai ‘estazado’ de trabalhar, o patrão levou ele por que sabia que ele tava quase morto (LURDES, 2018)<sup>13</sup>.

Quando interrogada sobre quais motivos justificavam a posse da terra para os quilombolas, Maria de Lurdes<sup>14</sup> sugere dois pontos fundamentais. O primeiro consiste na relação temporal de ter nascida e criada naquela localidade, enquanto que o segundo fator se deve ao trabalho, isto é, à exploração da mão de obra do seu pai.

---

<sup>13</sup> Entrevista realizada com a senhora Maria de Lurdes pela equipe do Projeto de Pesquisa, em junho de 2018.

<sup>14</sup> Maria de Lurdes nasceu no município de Ingá, no dia 04 de dezembro de 1945 e é uma das lideranças da Comunidade do Grilo.

Não só a identificação com a terra através do pertencimento afetivo construído no decorrer da vida, mas a consciência de que sua família dedicou sua vida ao trabalho na terra, não por livre arbítrio, mas pela exploração atribuída ao “patrão”.

A história de vida da Maria de Lurdes retrata a realidade de várias comunidades quilombolas no Brasil. A questão racial ainda é um desafio para a construção da cidadania no Brasil, tendo em vista a longevidade que a escravidão teve e, aliado a esse complexo processo, o desprezo do poder público à população dos libertos no pós-abolição.

A ideia de consciência histórica de Jörn Rüsen (2010) parte do pressuposto de que só faz sentido estudar história porque o passado nos ajuda a compreender e transformar o presente. É nesse sentido que a memória dos sujeitos pertencentes as comunidades quilombolas apresenta questões necessárias para pensar a construção da cidadania plena atualmente, revelando a proximidade com o período escravista e as resistências para desmitificar um lugar do negro marginalizado naturalizado na sociedade.

Para poder adentrar na Comunidade Quilombola do Grilo, utilizamos o método da etnografia a partir do qual a teoria e a prática se aliam na pesquisa de campo, cujo sujeito e objeto de conhecimento estão juntos na produção do conhecimento. Nesse sentido, conforme Clifford Geertz (1989), busca-se uma descrição densa para interpretar culturas das comunidades quilombolas em questão.

Metodologicamente, fizemos uso da produção de entrevistas sob a metodologia da História Oral, que projeto um conjunto de técnicas para a elaboração da entrevista desde o primeiro contato até a transcrição da entrevista e seu uso, principalmente no que se refere ao roteiro semiestruturado, às dimensões éticas do pesquisador e a relação dialógica entre depoente e entrevistador.

Concebemos a História Oral, conforme Verena Alberti (2004) e Janaína Amado e Marieta Ferreira (2001), como uma metodologia que possui um conjunto de técnicas e de procedimentos que, para a produção da entrevista, elementos como ética, sentimentos, afinidades e responsabilidades sociais fazem parte do compromisso entre entrevistador e entrevistado.

A História Oral, portanto, possibilitou reconhecer o potencial revelador do “testemunho oral”, fonte que “fala e com a qual o pesquisador dialoga e que expressa muito mais do que uma simples informação: a sensibilidade de quem é entrevistado, o que propicia uma perspectiva diferente de penetrar no âmago das questões tratadas” (JUCÁ, 2014, p.29). Aqui

compreendemos a História Oral como uma metodologia que necessita de um apoio teórico a fim de não reduzir o trabalho a uma simples transcrição de entrevistas (Idem, p.31).

A fonte oral, assim, resulta do diálogo entre o depoente e o oralista, desacreditando a aparência de que a entrevista foi feita para deixar os outros falar no lugar do historiador. Segundo Alessandro Portelli, o historiador não é um intermediário, e sim um “protagonista presente”, pois “junto ao eu do informante está o eu do historiador: uma relação que é acentuada pelo facto de ambos serem narradores. O informante é, em certa medida, historiador; e o historiador é, em certa medida, parte da fonte” (PORTELLI, 2013, p.38)

A importância das fontes orais encontra-se na possibilidade de vivenciar as experiências do outro a que se tem acesso, sabendo compreender suas expressões na abordagem histórica (ALBERTI, idem). Reconhecemos ainda que as entrevistas precisam ser filmadas, gravadas, escutadas, transcritas e interpretadas, com uma cópia do arquivo produzido para o depoente (MEIHY, 1996).

As imagens são também uma fonte histórica e recurso que possibilitarão testemunhar a realidade das comunidades quilombolas e, ao relacioná-las com outros dados, poderão dar um entendimento de como se constituíram em questão.

Assim, as comunidades quilombolas são grupos que detêm uma memória coletiva sobre as gerações passadas. Isto não quer dizer que todos se recordam dos processos históricos da mesma forma, pois há disputas, tensões e esquecimentos nesse processo. Entretanto, trata-se, eminentemente, de uma associação que se fortalece pela tradição oral e pela continuidade das práticas, crenças e hábitos, eles recordam as histórias de como seus parentes chegaram à terra, como nos relata Maria de Lurdes sobre seus avós: “Nasceram, se criaram e morreram aqui, da parte de meu pai. E, da parte da minha mãe, o pai da minha mãe veio ‘cum’ vida, ele era ‘chicoteado’, que nem um cativo, né? sei que ele construiu a família dele aqui, mas nem ele, que morreu com 95 anos, num se lembrava da vinda” (LURDES, 2018).

Várias são as táticas dos quilombolas para manterem a tradição transmitida de geração pra geração, preservando a maneira como plantar, cultivar e se relacionar com a natureza. Na comunidade do Grilo, por exemplo, a prática da ciranda e das músicas dançadas constituem uma ação que constrói os vínculos entre os moradores, sendo ensinadas pelos mais velhos para os jovens. Outro elemento que os unifica consiste na prática do artesanato a partir da venda de painéis de barro, tanto na feira como para os visitantes da comunidade:





**Imagem 03** – Panelas de barro vendidas pela Comunidade do Grilo

Além disso, a própria luta pela posse da terra possibilita à comunidade consolidar laços de afetividade e de solidariedade entre os sujeitos, tendo em vista a burocracia e a obstáculos para a efetiva propriedade da terra. Segundo Maria de Lurdes, esse processo se deu

Com muita luta, né? Chegou o cumpadre que mora em João Pessoa, e nisso demos os primeiro passos, demos os primeiro passos com muita luta, óia. Pessoas chamavam a gente de ladrão, que os meninos queriam roubar as terras deles, e com muita luta deu certo, indo pra João Pessoa e pra todo canto, até pra Brasília nos botaram (risos) (LURDES, 2018).

A Comunidade criou a Associação de Moradores, que organiza semanalmente uma reunião para deliberar ações, resolver pendências e discutir questões do cotidiano. A presença na associação dos moradores é um aspecto valorizado, pois tem um valor simbólico:

Tem um cadastro aqui da associação e aquele que não quiser ser unido vai sair do cadastro, e fica sem direito a nada, porque eles não quer, porque toda vez que tem reunião... Tem toda semana, são cinquenta cadastrados, aí dos cinquenta cadastrados, aquele que não vier naquele dia é uma falta. É que nem uma escola né, é que nem uma aula, tem que dar conta, aquele ali quando vem pra cá, pra reunião, aquele ali que não foi lá, já tá em falta. Aqueles que mais cumpriu com seus dever, é aqueles que mais tem acesso à terra né, acesso pra tudo, pra qualquer coisa (LURDES, idem).

Mais que uma simples presença, quem se faz presente tem direito à terra e a outros benefícios. A associação, portanto, cumpre um papel de ‘capital simbólico’ para os moradores. Outro aspecto que dinamiza a vida da comunidade é a Casa da Mulher Quilombola, funcionando como lugar de encontros e espaço para discutir questões relacionadas ao papel da mulher.



**Imagem 04** – Casa da Mulher Quilombola na Comunidade do Grilo

Nota-se, para além da funcionalidade do espaço, como a mulher quilombola é retratada na pintura. A imagem sugere que se valoriza os traços negros como cabelo, lábios e os acessórios (brincos, colares, etc). Percebe-se esta noção da mulher, sobretudo, nas atividades educativas realizadas pela escola da comunidade em comemoração ao Dia Internacional da Mulher:



**Imagem 05** – Cartaz elaborado pelos alunos em alusão ao 08 de março

Dito isto, destacamos dois elementos a serem refletidos: a questão de gênero em si e a consciência histórica construída pelas crianças sobre que mulher deve ser representada. É fundamental compreender que a mulher, para as crianças quilombolas, consiste naquelas que preenchem seus espaços e o seu dia a dia, mantendo uma postura que dialoga com as práticas, os saberes e os fazeres da comunidade.

## Conclusões

Os apontamentos finais para este texto atravessam a construção da consciência histórica pela Comunidade do Grilo sobre o seu passado. Tomando como referência a fala da Maria de Lurdes, a morada mais velha da comunidade, tendo em vista que a memória individual mantém com a memória coletiva pontos em comum, compreendemos que a memória da escravidão circula de geração para geração, estabelecendo laços que unem a comunidade e dão significados para a vida dos moradores.

Posto isto, vale lembrar que, especificamente nesta comunidade, percebemos que a luta pela posse da terra, o artesanato, a ciranda, a Associação de Moradores, a Casa da Mulher Quilombola e a Escola desempenham o papel de coesão para os membros, embora esse processo não seja homogêneo e simplifique as diferenças existentes na comunidade.

Nesse sentido, o conjunto das comunidades quilombolas revela a maneira como esses grupos usam politicamente o passado. Suas terras devem ser encaradas como territórios, e não como terras-mercadoria. Não se trata, portanto, da economia como ponto de partida para suas trajetórias, mas um poder simbólico que envolve práticas, identidades e narrativas de vidas.

## Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004.
- ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amilcar Araujo (orgs.) **Histórias do movimento negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- FORTES, Maria Ester. **COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA PARAÍBA**. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v. 4, n.1, 12-23, out.2015
- GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa**: por uma teoria interpretativa da cultura. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Identidades Negras no Brasil**: ideologias e retóricas. In.: Identidades. Org.: SALLUM JR.; SCHWARCZ; VIDAL; CATANI, - São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- GUSMÃO, N. M. M. de. “Herança quilombola: negros, terras e Direito”. In: Bacelar, J. & Caroso, C. (Orgs.). **Brasil**: um país de negros? Rio de Janeiro: Pallas, 1999.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **ASPECTOS DO QUILOMBO DE MATÃO**. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v. 4, n.1, 51-57, out.2015
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- JUCÁ, Gisafra Nazareno Mota. **Seminário da Prainha**: indícios da memória individual e da memória coletiva. – Fortaleza : EdUECE, 2014.
- MARACAJÁ, Maria Salomé Lopes; RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. **COMUNIDADE QUILOMBOLA GRILO, PARAÍBA: NARRATIVA SOBRE A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO E DA TERRITORIALIDADE**. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v. 4, n.1, 58-69, out.2015.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos históricos, Rio de Janeiro., vol.5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. 1ª reimpressão. Brasília: Editora UNB, 2010.
- SOUZA, Vanessa Emanuele de; BATISTA, Mércia Rejane Rangel. **História e Memória no Quilombo do Matão – PB**. Anais do Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 2013.
- URIARTE, Urpi Montoya. **O que é fazer etnografia para os antropólogos**, Ponto Urbe[Online], 11 | 2012, posto online no dia 14 Março 2014, consultado em 24 Fevereiro 2018. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/300> ; DOI : 10.4000/pontourbe.300
- WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Felisberta e sua gente**: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense, FGV Editora, 272p., 2015.